



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Este Projeto Básico tem como finalidade definir as descrições e especificações dos serviços a serem executados por empresa interessada em participar do certame licitatório para contratação destes, conforme as especificações técnicas abaixo descritas.

Constitui objeto da Licitação a contratação de empresa para prestação dos **serviços abaixo descritos**, no território do Município de São Borja, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver acordo entre as partes:

- **Coleta Convencional** - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de transbordo, com disponibilização de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres a serem dispostos em área determinada pelo município e;
- **Coleta Seletiva** - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos (RSU Seletivos), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de triagem.

1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito (SMIESUST) é o órgão municipal que detém a atribuição legal de realizar a gestão pública dos resíduos sólidos urbanos e, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SMAMA) é o órgão municipal que detém a atribuição legal de realizar a gestão ambiental, no município de São Borja.

O processo licitatório tem como objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes. Esclarece o grupo de trabalho, o qual elaborou este projeto que, embora as diretrizes estabelecidas pelo TCE, em manual de Orientação Técnica Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2ª Edição / 2019, onde estabelece que em geral a contratação da Coleta Seletiva é separada da Coleta Convencional.

Contudo, neste projeto, consta, adiante, justificativas que levam, pelos princípios da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

razoabilidade e, principalmente, **economicidade** e eficiência, a conclusão de uma contratação única, global, dos serviços de coleta, incluindo as duas frentes de trabalho: coleta convencional dos RSU e, coleta seletiva dos RSU Seletivos.

A execução dos serviços deve obedecer obrigatoriamente às condicionantes e às especificações técnicas abaixo relacionadas.

Isto posto, este certame estabelece como objeto o seguinte item:

Quadro 01 - Detalhamento do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÉDIA	VALOR DE REFERÊNCIA
Coleta Convencional e Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos e Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos	- <u>Coleta Convencional</u> - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de transbordo, com disponibilização de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres a serem dispostos em área determinada pelo município e; - <u>Coleta Seletiva</u> - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos (RSU Seletivos), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de triagem.	Aproximado 1.049 toneladas /mês	R\$ 170,99 (cento e setenta reais e noventa e nove centavos) por tonelada

Obs.: A quantidade média (toneladas/mês) foi baseada em pesagens realizadas em balança locada pelo Município, no período de Outubro/2018 à Janeiro/2020 (contabilizando 16 – dezesseis- meses de pesagens).

1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM - Coleta Convencional e Coleta Seletiva - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de transbordo, com disponibilização de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres a serem dispostos em área determinada pelo município e, Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos (RSU Seletivos), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de triagem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Consiste na coleta de RSU e, RSU Seletivos (MATERIAL RECICLÁVEL), de origem doméstica e comercial, dispostos em todas as vias públicas urbanas do município, incluindo a localidade do interior do Município – Vila do Nhu-porã (para caso dos RSU, especificamente, ou seja, não há coleta seletiva nessa localidade), onde deverão ser executados, regularmente, a coleta dos resíduos não containerizados e containerizados e, de materiais recicláveis, conforme roteiros e cronogramas (Quadro 2 – Roteiros da Coleta Convencional - RSU e; Quadro 3 – Roteiros da Coleta Seletiva - RSU Seletivos), nas vias e logradouros públicos; resíduos originários de estabelecimentos públicos, privados, comerciais, residenciais e de feiras livres, desde que acondicionados em recipientes, com volume de até 100 (cem) litros cada e/ou 30 (trinta) quilos, ou contêineres (exceto RSU Seletivos que poderão ter maior volume e peso e, não serão containerizados).

Os RSU (RSU e RSU Seletivos) deverão ser, após coletados, transportados e dispostos em área de transbordo (RSU) indicada pelo município, ou área de triagem (RSU Seletivos) indicada pelo Município.

Deverá ser disponibilizada a quantia de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres para containerização e recolhimento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial.

Contêineres com capacidade mínima de 1.000 (um mil) litros, individual, em material resistente, plástico (polietileno de alta densidade), possuir rodas (com travas), eixos maciços, tampa, dreno e munhões laterais para coleta mecanizada, para containerização e recolhimento, através de caminhão compactador equipado com dispositivo de basculamento (lift), através de sistema hidráulico para basculamento traseiro dos contêineres. Os contêineres serão, em especial, destinados à área central da cidade, porém poderão ser destinados em outras que por ventura forem determinadas pelo Município.

A coleta dos RSU (englobando RSU e RSU Seletivos), domésticos e comerciais, gerados dentro dos limites do perímetro urbano e localidades definidas neste projeto, com o respectivo transporte até locais indicados, de transbordo ou triagem, estimado a produção em, aproximadamente, 1.049 (um mil e quarenta e nove) Toneladas/Mês.

2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

2.1. Coleta Convencional e Coleta Seletiva - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de transbordo, com disponibilização de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres a serem dispostos em área determinada pelo município e, Coleta Regular de Resíduos Sólidos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Urbanos Seletivos (RSU Seletivos), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de triagem.

Para fins deste certame, resíduos sólidos urbanos **(RSU)** domésticos e comerciais compreende:

- Os resíduos sólidos urbanos domésticos (de residências) e comerciais originários de atividades domésticas (de residências) e do comércio, geralmente constituído de resíduos inaproveitáveis, na maioria constituído de matéria orgânica, resultantes do preparo de refeições, sobras de alimentos, higiene e similares, bem como os rejeitos gerados em Unidades de Triagem constituídas no município;
- Os resíduos de limpeza urbana originários de varredura e jardinagem de áreas públicas ou domiciliares, desde que compostos por folhas, pequenos galhos, resíduos de jardinagem.

Para fins deste certame, resíduos sólidos urbanos seletivos **(RSU Seletivos)**, domésticos e comerciais compreende:

- Os resíduos sólidos urbanos seletivos domésticos e comerciais originários de atividades domésticas (de residências) e do comércio, que constituem interesse de transformação e reaproveitamento **(recicláveis)**. Que tem interesse ao mercado, inclusive, como solução ambiental, a exemplo: papéis, plásticos, metais, vidros e outros inerentes aos recicláveis (coleta seletiva), previamente separados na fonte geradora, permitindo maior vida útil dos aterros e retorno de matéria-prima ao ciclo de produção.

2.1.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PORMENORIZADAMENTE

2.1.1.1. Coleta Convencional - Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de transbordo, com disponibilização de 72 (setenta e duas) unidades de contêineres a serem dispostos em área determinada pelo município (parte do item).

O objetivo desse serviço é realizar a coleta dos RSU acima definidos, sejam eles originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais, residenciais, de varrição, de feiras-livres, ou contextos semelhantes, desde que corretamente acondicionados em qualquer tipo de embalagem que não superior a 100 (cem) litros e/ou 30 (trinta) quilos, ou em contêineres (área determinada pelo Município, em especial a Área Central da Cidade) dispostos nas vias públicas. Será executado através do sistema de coleta direta, sistema porta-a-porta, em todo o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

perímetro urbano, ou seja, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, com periodicidade diária, alternada ou semanal, conforme **roteiro constante no quadro 2 deste projeto**, o qual inclui todo o zoneamento urbano e adjacências rurais e/ou federais próximas ao perímetro urbano. Inclui-se, ainda, no roteiro, a Vila de Nhu-porã, sediada a, aproximadamente, 29,8 km da sede do Município.

Quando em latas de lixo, papelerias ou congêneres, os resíduos deverão ser completamente transbordados na caçamba do caminhão coletor, e os recipientes deverão retornar ao local de onde foram retirados. Todas as operações deverão ser executadas sem danificar o recipiente.

Será vedado transferir o conteúdo de um recipiente para o outro.

Os resíduos caídos durante a coleta deverão ser varridos e recolhidos com pá, devendo o local estar limpo ao final do processo de coleta.

Deverão ser recolhidos os resíduos soltos por rompimento de sacos por ação de animais ou catação, devendo para tal a guarnição possuir ferramentas adequadas de recolhimento; assim como os resíduos de feiras livres, resíduos colocados em logradouros que não permitam a entrada de caminhões, sendo que para tal o coletor deverá recolher os sacos e levar até o veículo compactador, resíduos resultantes de eventos em ruas e locais públicos, desde que em todos os casos se atenda aos volumes máximos de até 100 (cem) litros e/ou peso de 30 (trinta) quilos.

Não deverão ser coletados: os resíduos segregados junto aos geradores para destinação da coleta seletiva; resíduos de serviços de saúde, de ambulatórios, farmácias, consultórios médicos, industriais, postos de combustíveis (materiais não classificados como RSU/RSU Seletivos) e outros não classificados como resíduos de serviços domiciliares ou comerciais; resíduos de construção civil e de demolição como calças, areia, terra, restos de tijolos e embalagens descartadas; animais mortos; resíduos de mudanças de domicílios ou reformas de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários; resíduos em embalagens com capacidade de volume maior do que 100 (cem) litros ou capacidade de peso maior do que 30 (trinta) quilos; resíduos colocados no pátio ou área privada de residências ou de estabelecimentos comerciais.

O recolhimento dos resíduos se dará direto do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo, não sendo permitido o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em um único ponto, para posterior carregamento.

A coleta dos resíduos em via pública deve ser executada com o veículo parado, sem movimento no momento de carregamento do invólucro na área de prensagem.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Quando preenchida a carga, o veículo será encaminhado até a estação de transbordo do município, onde depositará os resíduos em local indicado ou diretamente na caçamba, quando possível e seguro, retornando novamente ao setor de coleta. Atualmente o transbordo está localizado em área anexa ao antigo “lixão”, ao final da Rua Tristão de Araújo Nóbrega, S/N.

Com relação aos contêineres, 60 (sessenta) unidades serão dispostos em vias públicas, em especial na área central da cidade ou em outras conforme determinado pelo Município. A manutenção, pinturas e orientação dos materiais a serem dispostos nos contêineres será de responsabilidade da contratada, conforme normatização da contratante, sendo que os recipientes devem sofrer limpeza e higienização a cada 30 (trinta) dias ou de acordo com a necessidade, em virtude da saúde pública, sempre que apontar a fiscalização, para evitar odores e proliferação de vetores.

A empresa deverá deixar reserva de 12 (doze) unidades de contêineres (20% -vinte) a fim de processo de substituição para higienização dos dispostos nas vias públicas, não prejudicando a solução de continuidade na prestação de serviços. E também servindo para outras demandas emergenciais ou de eventos. A higienização poderá ser por etapas, em lotes de contêineres, em local adequado, alternadamente.

A contratada deverá efetuar as pesagens dos RSU em balança disponibilizada pelo Município para pesagem dos veículos (caminhões e carretas).

Os veículos deverão a cada carga realizar a pesagem, onde deverá constar (tara, peso bruto e peso líquido), compreendido o peso líquido a pesagem dos RSU propriamente dita.

A balança será disponibilizada pelo Município de São Borja, já em atividade, conforme Contrato nº 098/2018.

Os funcionários serão terminantemente proibidos de fazer catação ou triagem de resíduos, de ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, e de pedirem gratificação ou donativos de qualquer espécie aos munícipes.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da proponente, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações. O Município poderá exigir a substituição de empregado que estiver prestando os serviços com conduta inadequada.

A equipe de coleta deverá contar com estrutura de apoio tanto operacional como administrativa contando com: um gerente operacional, que será responsável pela gestão dos serviços “in loco”, sendo este o contato formal entre o município e a empresa, além da supervisão e fiscalização dos serviços e; um auxiliar administrativo para atender as solicitações da população e auxiliar na confecção de documentos internos e externos da gestão, atendimento de telefone, anotações de sugestões/reclamações e, outras demandas administrativas que lhe forem inerentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

A equipe de coletores não deverá permanecer na plataforma de coleta do veículo quando este estiver realizando o trajeto até o local de descarga ou quando não estiver realizando a coleta.

Durante a coleta e o transporte a velocidade dos veículos deve ser compatível com a estipulada para cada via e com a devida segurança dos coletores e usuários da via, bem como na descarga devem ser tomadas medidas de segurança e precaução. Todos deverão colaborar para que o serviço transcorra sem algazarras e de forma ordeira.

A Contratada, no período de vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso do material, excluindo o Município de São Borja de quaisquer reclamações.

É ainda de responsabilidade exclusiva da contratada, o ressarcimento eventual de todos os danos materiais, morais ou pessoais causados a empregados ou à terceiros em consequência da execução dos serviços contratados.

Serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os seguros, inclusive os referentes ao uso de materiais ou de locais eventualmente postos à disposição pela Administração Municipal.

A contratada deverá comprovar mensalmente o recolhimento de INSS, FGTS e demais contribuições previdenciárias a seus funcionários, inclusive seguros, os quais deverão ser entregues na secretaria municipal responsável pela fiscalização do contrato, sob efeito de não serem efetuados os pagamentos referentes aos serviços.

A Prefeitura Municipal, através do setor responsável pela fiscalização do contrato poderá exercer vistorias periódicas nas dependências da Contratada, para fins de fiscalização dos requisitos estabelecidos em contrato.

É vedado à Contratada ceder, subempreitar, terceirizar no todo ou em parte a empreitada sem estar expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal. Qualquer cessão ou subempreitada feita sem autorização será nula e sem qualquer efeito.

2.1.1.1.1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

Os serviços de **Coleta Convencional** - **COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS (RSU)**, COM TRANSPORTE ATÉ ÁREA DE TRANSBORDO, deverão ser realizados de segundas a sábados em periodicidades e turnos de acordo com a tabela de roteiros a seguir:

Quadro 2: Roteiros da Coleta Convencional - RSU



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Roteiro	Frequência	Turno	Abrangência
1 D Azul	Diária	Diurno Tarde e Noturno	Tarde (1º perímetro): Lado Norte: Da Rua Borges do Canto até a Rua Cabo Pedroso. Lado Oeste: Da Rua Bompland até a Rua dos Andradas. (exceto a área que será realizada exclusivamente no noturno). Noturno (2º perímetro): Lado Norte: Da Rua Mancias Alves até a Rua Barão do Rio Branco. Lado Oeste: Da Rua Riachuelo até a Rua Gen. João Manoel.
2 APD Amarelo	Alternada Par (Setor Sul)	Diurno Manhã	Bairro Betim - Bairro Paraboi - Bairro Florêncio A. Guimarães - Vila Marrocos - Bairro Jardim Primavera - Vila Iberê - Cemitério Jardim da Paz - Vila das Pontes - Vila Kilka – Vila Ester Continuação da Teobaldo Klaus (popular vila tripa) – Loteamento Josué Rodrigues.
3 APD Lilás	Alternada Par (Setor Sul)	Diurno Tarde	Vila Boa Vista - Vila S. João Batista - Vila Maria Do Carmo - Bairro Menegusso - Bairro Do Tiro - Bairro Piray, até a Rua Cabo Pedroso - Vila Santos Reis - Vila Pres. João Goulart – trecho da BR 285.
4 AID Vermelho	Alternada Ímpar (Setor Norte)	Diurno Manhã	Avenidas: Julio Tróis e Francisco Miranda - Bairro do Passo - Vila Ernesto Dorneles - Vila Alfredo Arno Andres - Vila Mario Roque Weis - Vila Santa Rosa - Vila Da Praia - Vila Pró-Morar - Vila Progresso - Vila Porto do Angico - Loteamento Filisbino Cidade - Vila Arneldo Matter - Jóquei Clube.
5 AID Roxo	Alternada Ímpar (Setor Norte)	Diurno Tarde	Bairro Itacherê - Vila Dr. Leonel Brizola - Vila Aparício Sampaio - Vila Cabeleira - Vila Umbu - Vila Tiradentes - Vila São Francisco - Vila Jaguarí - Imediações do Aeroclube - Vila Hildebrando Aquino Guimarães – Bairro José P Alvarez.
6 S Verde	Semanal	Quinta- feira Manhã	Localidade: Vila de Nhu-Porã.

Anexo ao projeto segue Mapa da cidade com esquema de cores, que deverá ser seguido, suprimindo divergências.

Convenções:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- D: Diária - executada de segundas-feiras à sábados com início às 15 hs (quinze), (Diurno Tarde - 15 hs às 19 hs) no 1º perímetro e, também, diariamente como acima, com início às 20 hs (vinte), (Noturno – das 20 hs às 24 hs) no 2º perímetro.

- APD: Alternada Par Diurno - executada nas segundas, quartas e sextas-feiras. Manhã com início às 6 hs (seis), (das 06 hs às 10 hs). Tarde com o retorno às 11h (onze), (das 11 hs às 15 hs), completando o 1º Turno.

- AID: Alternada Ímpar Diurno - executada nas terças, quintas-feiras e sábados. Manhã com início às 6 hs (seis), (das 06 hs às 10 hs). Tarde com o retorno às 11h (onze), (das 11 hs às 15 hs), completando o 1º Turno.

- S: Semanal - Executada uma vez por semana na parte da Manhã, com início a partir das 08h, na localidade.

Eventuais alterações no roteiro ou período de coleta, horários, (diurno/noturno) poderão ser feitas, a critério da administração, com vistas ao melhor atendimento da população.

Tabela / Mês – Coleta Convencional de RSU KILOMETRAGEM

KM / MÊS – COLETA CONVENCIONAL – RSU (MÉDIA)				
LOCAL	KM/DIA	Transb + Traj. Morto KM/dia	Total KM x DIAS (média)	KM – TOTAL
Centro Azul	35,86	30	65,86 x 25,71	1.693,26
Zona Norte Vermelho	79,39	15,5	94,89 x 12,855	1.219,81
Zona Norte Roxo	68,37	22,5	90,87 x 12,855	1.168,13
Zona Sul Amarelo	83,02	42,5	125,52 x 12,855	1.613,55
Zona Sul Lilás	48,29	30	78,29 x 12,855	1.006,41
Nhu-Porã	72,8	5	77,8 x 4,285	333,37
TOTAL KM				7.034,53

A análise dos trajetos foi baseada em Relatório do TCE, Direção de Controle e Fiscalização, Serviço Regional de Auditoria de Santo Ângelo (comunicado de auditoria nº 2648067 – SRSA), constando de seu Anexo I, o Relatório de Medição de Rotas e Dimensionamento de Equipes.

Conforme relatório TCE chegou-se ao cálculo médio de dias trabalhados ao mês de 25,71 dias, considerando 6 dias de coleta por semana.

Considerando o mesmo cálculo médio de dias trabalhados, chegamos a 12,855 dias,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

considerando 3 dias de coleta por semana, em determinadas localidades.

Aponta o Relatório do TCE uma rota estimada em 7.033,62 Km. Tabulando os dados, neste projeto (tabela acima), chegamos ao Cálculo de 7.034,53 KM, diferença irrisória de 0,91 Km para um mês de atividades, o que deve ter ocorrido devido a casas decimais. Não obstante tal situação, contudo, o fator Kilometragem foi arredondado na Planilha de Custos para 7.034 Km (sete mil e trinta e quatro).

A quantidade de ruas e o itinerário de coleta poderão sofrer alterações durante o contrato, sendo a planilha de contrato a ferramenta de ajuste dos valores dos serviços para maior ou menor.

O roteiro da coleta, ou seja, a sequência das ruas a serem compreendidas, com vistas a obter o deslocamento mínimo e equilíbrio entre tempo e quilometragem para os veículos da frota caberá à contratada, definindo esta o percurso que cada veículo fará, desde que atenda a frequência dos serviços aqui definidos e o atendimento a todo o zoneamento mapeado.

Cada turno diário de trabalho terá duração de 8 (oito) horas, tendo o primeiro turno (diurno) os seguintes horários: das 06h (seis) até às 10h (dez) e, das 11h (onze) até às 15h (quinze), estendendo-se até o horário de término dos serviços, podendo extrapolar até no máximo em 2 (duas) horas extras diárias, devendo ter obrigatoriamente o intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso e alimentação, não computado na duração da jornada; e o segundo turno (diurno / noturno) tendo os seguintes horários: das 15h (quinze) até às 19h (dezenove) e, das 20h (vinte) até às 24h (vinte e quatro), observando-se o adicional noturno de 02 (duas) horas diárias às equipes do noturno. Da mesma forma estendendo-se até o término dos serviços, podendo extrapolar até no máximo em 2 (duas) horas extras diárias, devendo ter obrigatoriamente o intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso e alimentação, não computado na duração da jornada e observar ainda, a redução da hora noturna.

Conforme planilhamento em Relatório do TCE, do qual, após análise, concordamos, não haverá necessidade de extrapolar a carga horária de trabalho, ordinariamente. Evidente que, em algumas hipóteses, casos extraordinários, devido à grandes feriados, onde a produção de RSU é maior, talvez haja necessidade do incremento de horários.

A coleta ocorrerá de segundas a sábados e, devido a tratar-se de serviço essencial, de utilidade e saúde pública, apenas não serão efetuadas coletas no seguintes dias/datas:

- Nos Domingos e nos seguintes Feriados Nacionais do Calendário Oficial: no dia 1º de Janeiro - "Confraternização Universal"; na Sexta-feira Santa (em 2020 – 10 de Abril); no dia 1º de Maio - "Dia do Trabalhador" e; no dia 25 de Dezembro - "Natal".

Para os demais feriados a serem trabalhados, deverá ser implantado banco de horas ou outras disposições legais, conforme disposto nas Convenções Coletivas de Trabalho. Não são considerados feriados os pontos facultativos. Também não isenta a empresa de coleta em feriados Municipais e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Estaduais.

Nos locais em que a coleta é alternada em nenhuma condição a mesma poderá possuir intervalos superiores à 72 horas entre coletas (três dias), ou deverá ser apresentado plano de coleta alternativo em data próxima.

Em casos de geração excepcional de resíduos, decorrentes do período de Natal, Ano Novo, Exposição-feira, e outros que por ventura vierem a ocorrer, as coletas podem ser intensificadas, de acordo com o estabelecido pelo órgão fiscalizador do contrato.

2.1.1.1.2. Recursos Humanos Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos e comerciais (RSU)

Competirá a proponente a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

A guarnição, por veículo coletor, deverá ser composta por:

- 01 (um) motorista, devidamente habilitado (CNH mínima categoria C);
- 03 (três) coletores de resíduos (garis).

Deverão ser formadas 04 (quatro) equipes de coleta: 03 –três- para o primeiro turno (diurno) e, 01 – uma - para o segundo turno (diurno/noturno), conforme dimensionamento já efetuado pela municipalidade para o presente projeto.

Totalizando: 04 (quatro) motoristas e, 12 (doze) coletores de resíduos.

Além das equipes de guarnição, é necessário que a Contratada disponibilize equipe administrativa para atividades-meio e apoio, no município, a qual servirá de suporte gerencial ao funcionamento dos serviços, proporcionando condições para que os mesmos cumpram suas reais funções.

A equipe administrativa será composta por:

- 1 (um) Gerente Operacional;
- 1 (um) Auxiliar Administrativo.

O Gerente gerenciará e fará a gestão de todos os serviços executados no município, fará a gestão local. Deverá conhecer os roteiros, realizar acompanhamentos, estudos, gráficos, mapeamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

das atividades, visando obter eficiência na prestação dos serviços. Acompanhar a coleta quando necessário, orientar os funcionários e resolver as implicações decorrentes do serviço, devendo ter autonomia e discernimento para solucionar os problemas da operação na localidade. Deve ser habilitado, no mínimo na categoria B, para dirigir o veículo leve.

O Auxiliar Administrativo executará tarefas específicas e rotinas administrativas. Deverá conhecer os roteiros, e será responsável pelo atendimento e solicitações dos munícipes (em escritório ou por telefone), confecção de documentos e outras atividades administrativas que lhe forem atribuídas.

Os motoristas dos caminhões coletores devem ser devidamente habilitados, mínimo categoria “C”, além de experiência em serviços similares dentro de área urbana, deverá ter como características ser cauteloso e cordial com a comunidade.

Os coletores deverão possuir capacidade física para o desempenho da função, trabalhar em boas condições de asseio pessoal, apresentação e serem educados com a comunidade.

A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá cumprir as determinações do Acordo Coletivo do sindicato da categoria. A todos os funcionários deve ser oferecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e demais, estabelecidas no PCMSO.

A contratada deverá ter e manter Plano de Segurança e Medicina do Trabalho, PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e o PPCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), bem como observar a todas as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho – NR's, mantendo Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança do Trabalho com a carga horária indicada, conforme dimensionado nas NR's conforme o número de funcionários.

OBS: Atendendo a legislação vigente, todos os ofícios aqui descritos poderão ser desempenhados por homens ou mulheres. O gênero usado no texto é o mais comum nas funções, mas de forma alguma restringe quem irá desempenhá-lo.

No fornecimento do vale refeição a empresa poderá efetuar o desconto de até 5% (cinco) do salário base com relação aos seus funcionários.

2.1.1.1.3. Equipamentos, Linha Telefônica, Ferramentas e outros Materiais de consumo

Para a execução do serviço aqui descrito, será necessária uma frota de:

- 03 (três) veículos automotores apropriados e em condições técnicas para coleta e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Domésticos e Comerciais, conforme dimensionamento de frota já realizado pela municipalidade para o referido projeto, equipados com compactador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

para capacidade de no mínimo 15m³ (quinze metros cúbicos), sistema de armazenamento de chorume com o mínimo de 100 litros de capacidade e plataforma traseira para os coletores. Os caminhões deverão estar equipados com dispositivo de basculamento (lift), através de sistema hidráulico para basculamento traseiro dos contêineres. Caminhões do tipo “toco” - “4x2”.

- 72 (setenta e duas) unidades de contêineres (60 – sessenta mais 20% - 12 – doze - para reposição no momento da higienização, ou outras demandas), para containerização e recolhimento de Resíduos Sólidos Urbanos, de Origem Doméstica e Comercial (RSU), através de caminhão compactador equipado com dispositivo de basculamento (Lift), através de sistema hidráulico para basculamento traseiro dos contêineres. Contêineres com capacidade mínima de 1.000 (um mil) litros, individual, em material resistente o qual deve ser aprovado pela administração pública, em plástico (polietileno de alta densidade), possuir rodas (com travas), eixos maciços, tampa, dreno e munhões laterais para coleta mecanizada.
- Um veículo leve, “automóvel ou utilitário”, para apoio administrativo e operacional;
- Uma linha telefônica (com aparelho) disponível no horário de expediente administrativo.

A linha telefônica, número fixo, a qual deverá ser divulgada para a comunidade a fim de propiciar contato das pessoas com a administração/gerenciamento do sistema, para fins de sugestões, reclamações e outras demandas da administração, etc...

Durante o primeiro turno a operação será realizada com 3 (três) veículos e, no segundo turno, com 1 (um) veículo.

O conjunto caminhão e compactador, assim como o veículo leve, deverá ter idade de até 5 (cinco) anos no início dos serviços. Não serão admitidos durante a vigência do contrato a permanência de veículos com idade superior a 5 (cinco) anos.

A comprovação da idade dos veículos deverá ser apresentada à municipalidade previamente a assinatura do contrato.

A comprovação da idade e propriedade ou disponibilidade dos veículos deverá ser apresentada à municipalidade previamente a assinatura do contrato, (juntamente com o contrato de locação com reconhecimento das partes em caso de frota alugada).

Os veículos deverão ser estanques, de forma a evitar o vazamento de líquidos, e deverão ter compartimento para a guarda de ferramentas necessárias à complementação dos serviços. Deverão ser instaladas luzes de advertência, na cor âmbar, do tipo sinalizador visual rotativo (giroflex ou similar).

Os veículos e equipamentos deverão atender, além do estabelecido neste projeto básico, as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

seguintes características: nível de ruído global em qualquer condição de trabalho inferior a 78 (setenta e oito) decibéis; baixa emissão de gases (atendimento às prescrições do PROCONVE), e sistema de sinalização (atendimento às exigências regulamentares do CONTRAN).

Os veículos coletores deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha ré e lâmpadas elevadas indicadoras de freio. Possuir iluminação na tampa do coletor para permitir a visualização em trabalho noturno.

A marca e o modelo, entre outras características dos veículos, ficam a critério da contratada, respeitadas as condições aqui estabelecidas. A pintura dos veículos deverá ser de acordo com determinação da municipalidade devendo constar a expressão (a serviço do município). Os veículos deverão ter higienização bissemanal.

A Contratada deverá disponibilizar, em cada veículo coletor, ferramentas destinadas a auxiliar na atividade de coleta (vassouras e pá).

A Contratada deverá contar com plano de manutenção preventiva da frota.

Caso haja necessidade, a Empresa deverá dispor de qualquer equipamento necessário para reposição num período máximo de até 4 (quatro) horas; e de reposição de veículos em até 24 (vinte e quatro) horas (para que não haja descontinuidade nem perda na qualidade dos serviços, em situação de quebra, falha, equipamento ou veículo inadequado ou tecnicamente insuficiente para o serviço).

O município poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências, sendo que o veículo de substituição deve atender a todos os critérios aqui mencionados.

A empresa contratada deverá manter, no município de São Borja, um local para depósito de equipamentos, veículos e base de operações, possuir um número de telefone fixo a ser divulgado a população para esclarecimentos, reclamações e solicitações diversas, bem como um telefone 24 horas (podendo ser celular), que servirá de contato com o órgão fiscalizador em horário não comercial, ficando a contratada responsável por todas as despesas provenientes deste.

A empresa deve ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil dos Veículos contra terceiros (apólice que protege o titular de todos os danos que forem causados a terceiros em caso de acidente), adotando, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Danos Corporais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); Danos Morais R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Também deverá ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil da Operação, garantindo os danos causados pela operação da coleta, transbordo e transporte, excetuados aqueles que sejam causados pelos veículos, adotando no mínimo uma garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cobertura por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a responsabilidade civil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

do empregador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este seguro deverá cobrir, além das garantias de morte e invalidez, também as despesas médicas e hospitalares dos funcionários que seja de responsabilidade da empresa.

Será previsto um jogo de pneus novos para cada veículo e, admitindo-se, após desgaste destes pneus, até duas recapagens (dentro das normas de segurança).

2.1.1.2. Coleta Seletiva – Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos (RSU Seletivos), de Origem Doméstica e Comercial, com transporte até área de triagem - Complemento do ITEM.

O objetivo desse serviço é realizar a coleta de todos os resíduos sólidos urbanos seletivos, assim classificados como materiais recicláveis, conforme exemplos acima definidos, sejam eles originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais, residenciais, de varrição, de feiras-livres ou contextos semelhantes, desde que corretamente acondicionados em qualquer tipo de embalagem, como sacos ou caixas, sempre que possível, independente de volume ou peso. Será executado através do sistema de coleta direta, sistema porta-a-porta, em todo o perímetro urbano, ou seja, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, com periodicidade diária, alternada ou semanal, conforme **roteiro constante no quadro 3 deste projeto**, o qual inclui todo o zoneamento urbano e adjacências rurais e/ou federais próximas ao perímetro urbano.

Quando não for possível o acondicionamento em sacos ou caixas, pelo volume ou forma dos resíduos, deverão ser recolhidos os resíduos ordenadamente dispostos nos logradouros públicos.

Também serão recolhidos os resíduos colocados em logradouros que houver impossibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, sendo que nestes casos a coleta deverá ser realizada manualmente, necessitando o coletor retirar os resíduos dispostos na via pública (calçadas) e transportá-los até o veículo coletor.

Quando em latas de lixo, papuleiras ou congêneres, os resíduos deverão ser completamente transbordados na caçamba do caminhão coletor, e os recipientes deverão retornar ao local de onde foram retirados. Todas as operações deverão ser executadas sem danificar o recipiente. Será vedado transferir o conteúdo de um recipiente para o outro. Os resíduos caídos durante a coleta deverão ser varridos e recolhidos com pá, devendo o local estar limpo ao final do processo de coleta.

Não deverão ser coletados: os resíduos sólidos urbanos não classificados como



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

seletivos, em especial os orgânicos, segregados junto aos geradores para destinação da coleta convencional, cujos serviços a coleta é específica conforme ITEM 3.1.1.1; resíduos de serviços de saúde, de ambulatórios, farmácias, consultórios médicos, industriais, postos de combustíveis (exceto seletivos/recicláveis) e outros não classificados como resíduos seletivos ou recicláveis; resíduos de construção civil e de demolição como calças, areia, terra, restos de tijolos; animais mortos; resíduos de mudanças de domicílios ou reformas de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários; resíduos colocados no pátio ou área privada de residências ou de estabelecimentos comerciais.

O recolhimento dos resíduos se dará direto do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo, não sendo permitido o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em um único ponto, para posterior carregamento.

A coleta dos resíduos em via pública deve ser executada com o veículo parado, sem movimento no momento de carregamento dos invólucros.

Quando preenchida a carga, o veículo será encaminhado até unidade de Triagem indicada pelo Município, atualmente no local conhecido como GIAMA, no seguinte endereço: Rua Monsenhor Patrício Petit Jean, nº 3.781, Bairro do Passo.

A contratada deverá efetuar as pesagens dos RSU Seletivos em balança disponibilizada pelo Município para pesagem dos veículos (caminhões e carretas).

Os veículos deverão a cada carga realizar a pesagem, onde deverá constar (tara, peso bruto e peso líquido), compreendido o peso líquido a pesagem dos RSU Seletivos propriamente dita. A balança será disponibilizada pelo Município de São Borja, já em atividade, conforme Contrato nº 098/2018.

Os funcionários serão terminantemente proibidos de fazer catação ou triagem de resíduos, de ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, e de pedirem gratificação ou donativos de qualquer espécie aos munícipes.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da proponente, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações. O Município poderá exigir a substituição de empregado que estiver prestando os serviços com conduta inadequada.

A equipe de coleta deverá contar com estrutura de apoio tanto operacional como administrativa contando com: um gerente, que será responsável pela gestão dos serviços “in loco”, sendo este o contato formal entre o município e a empresa, além da supervisão e fiscalização dos serviços e; um auxiliar administrativo para atender as solicitações da população e auxiliar na confecção de documentos internos e externos da gestão, atendimento de telefone, anotações de sugestões/reclamações e, outras demandas administrativas que lhe forem inerentes.

Esta equipe administrativa é única para o contrato em questão, realizando o gerenciamento e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

prestando suporte para toda a coleta (convencional e seletiva).

A equipe de coletores não deverá permanecer na plataforma de coleta do veículo quando este estiver realizando o trajeto até o local de descarga ou quando não estiver realizando a coleta.

Durante a coleta e o transporte a velocidade dos veículos deve ser compatível com a estipulada para cada via e com a devida segurança dos coletores e usuários da via, bem como na descarga devem ser tomadas medidas de segurança e precaução. Todos deverão colaborar para que o serviço transcorra sem algazarras e de forma ordeira.

A Contratada, no período de vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso do material, excluindo o Município de São Borja de quaisquer reclamações.

É ainda de responsabilidade exclusiva da contratada, o ressarcimento eventual de todos os danos materiais, morais ou pessoais causados a empregados ou à terceiros em consequência da execução dos serviços contratados.

Serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os seguros, inclusive os referentes ao uso de materiais ou de locais eventualmente postos à disposição pela Administração Municipal.

A contratada deverá comprovar mensalmente o recolhimento de INSS, FGTS e demais contribuições previdenciárias a seus funcionários, inclusive seguros, os quais deverão ser entregues na secretaria municipal responsável pela fiscalização do contrato, sob efeito de não serem efetuados os pagamentos referentes aos serviços. A Prefeitura Municipal, através do setor responsável pela fiscalização do contrato poderá exercer vistorias periódicas nas dependências da Contratada, para fins de fiscalização dos requisitos estabelecidos em contrato.

É vedado à Contratada ceder, subempreitar, terceirizar no todo ou em parte a empreitada sem estar expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal.

Qualquer cessão ou subempreitada feita sem autorização será nula e sem qualquer efeito.

2.1.1.2.1. Área de Abrangência dos Serviços

Os serviços de **Coleta Seletiva - COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SELETIVOS (RSU SELETIVOS), DOMÉSTICOS E COMERCIAIS, COM TRANSPORTE ATÉ ÁREA DE TRIAGEM**, deverão ser realizados de segundas a sábados em periodicidades e turnos de acordo com a tabela de roteiros a seguir:

Quadro 3: Roteiros da Coleta Seletiva – RSU Seletivos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Roteiro	Frequência	Turno	Abrangência
1 Setor Centro Azul	Diária	Diurno Manhã e Tarde	Manhã (1º perímetro): Lado Norte: Da Rua Borges do Canto até a Rua Cabo Pedroso. Lado Oeste: Da Rua Bompland até a Rua dos Andradas. (exceto a área que será realizada exclusivamente no noturno). Tarde (2º perímetro): Lado Norte: Da Rua Mancias Alves até a Rua Barão do Rio Branco. Lado Oeste: Da Rua Riachuelo até a Rua Gen. João Manoel.
2 Setor Sul Amarelo	Terça-feira	Diurno Manhã e Tarde	Bairro Betim - Bairro Paraboí - Bairro Florêncio A. Guimarães - Vila Marrocos - Bairro Jardim Primavera - Vila Iberê - Cemitério Jardim da Paz - Vila das Pontes - Vila Kilka – Vila Ester Continuação da Teobaldo Klaus (popular vila tripa) – Loteamento Josué Rodrigues.
3 Setor Sul Lilás	Sábado	Diurno Manhã e Tarde	Vila Boa Vista - Vila S. João Batista - Vila Maria Do Carmo - Bairro Menegusso - Bairro Do Tiro - Bairro Piray, até a Rua Cabo Pedroso - Vila Santos Reis - Vila Pres. João Goulart – trecho da BR 285.
4 Setor Norte Vermelho	Segunda-feira	Diurno Manhã e Tarde	Avenidas: Julio Tróis e Francisco Miranda - Bairro do Passo - Vila Ernesto Dorneles - Vila Alfredo Arno Andres - Vila Mario Roque Weis - Vila Santa Rosa - Vila Da Praia - Vila Pró-Morar - Vila Progresso - Vila Porto do Angico - Loteamento Filisbino Cidade - Vila Arneldo Matter - Jóquei Clube.
5 Setor Norte Roxo	Sexta-feira	Diurno Manhã e Tarde	Bairro Itacherê - Vila Dr. Leonel Brizola - Vila Aparício Sampaio - Vila Cabeleira - Vila Umbu - Vila Tiradentes - Vila São Francisco - Vila Jaguarí - Imediações do Aeroclube - Vila Hildebrando Aquino Guimarães – Bairro José P Alvarez.

Anexo ao projeto segue Mapa da cidade com esquema de cores, que deverá ser seguido, suprimindo divergências. Convenções:

Diária - Diurno Tarde - executada de segundas-feiras a sábados, com início às 13h (treze);

Os demais setores possuem dia específico para coleta seletiva, sendo todos com coleta estipulada no Turno Diurno Manhã – executada no dia estipulado (Segunda-feira, Terça-feira, Sexta-feira ou, Sábado), com início às 08h (oito).

Eventuais alterações no roteiro ou período de coleta (turnos) poderão ser feitas, a critério da administração, com vistas ao melhor atendimento da população.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Tabela / Mês – Coleta Seletiva de RSU Seletivos

Tabela / Mês – Coleta Convencional de RSU KILOMETRAGEM

KM / MÊS – COLETA CONVENCIONAL – RSU (MÉDIA)				
LOCAL	KM/DIA	Transb + Traj. Morto KM/dia	Total KM x DIAS (média)	KM – TOTAL
Centro	35,86	16 + 5	56,86 x 25,71	1.461,87
Zona Norte Vermelho	79,39	2,5 + 5	85,89 x 4,285	368,03
Zona Norte Roxo	68,37	5 + 5	90,87 x 4,285	335,81
Zona Sul Amarelo	83,02	13,4 + 5	125,52 x 4,285	434,58
Zona Sul Lilás	48,29	8 + 5	78,29 x 4,285	262,62
TOTAL KM				2.862,91

O Trajeto morto foi referenciado pelo projeto, hipoteticamente, avaliado em 2,5 km (ida e vinda) totalizando 5 Km (cinco). Aos moldes da análise e Relatório de Medição de Rotas em Trabalho do TCE, anexo.

Observe-se que as rotas e zoneamentos da Coleta Convencional e da Coleta Seletiva, são as mesmas, o que difere é a frequência de dias (centro se iguala na frequência, bairros será apenas uma vez por semana).

Outro item a ser analisado é com relação ao volume, quantidade ou peso dos RSU Seletivos, que representam situação muito menor do que os RSU convencionais. Estimamos, neste projeto, um aproximado, máximo, de 10% (dez) do convencional. Nesse sentido, cada roteiro ou zoneamento, representa apenas 01 (uma) carga, por zoneamento, que será levada ao local de Triagem (GIAMA, localizado na Rua Monsenhor Patricio Petit Jean, n. 3781, bairro do Passo).

Nesse sentido, se visualizam as seguintes distâncias ao Local de Triagem:

- Zona central com uma distância de 4 Km (descarga duas vezes ao dia). Zona Norte (vermelho), embora a triagem está dentro da rota, na mesma linha da convencional, se estipulou 1,5 Km, variável de deslocamento devido a carga. Zona Norte roxo com uma distância de 2,5 Km. Zona Sul (amarelo) com uma distância de 6,7 Km. Zona Sul (lilás) mesma do centro, distância de 4 Km.

A análise dos trajetos foi baseada em Relatório do TCE, Direção de Controle e Fiscalização, Serviço Regional de Auditoria de Santo Ângelo (comunicado de auditoria nº 2648067 – SRSA), constando de seu Anexo I, o Relatório de Medição de Rotas e Dimensionamento de Equipes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Conforme relatório TCE chegou-se ao cálculo médio de dias trabalhados ao mês de 25,71 dias, considerando 6 dias de coleta por semana.

Considerando o mesmo cálculo médio de dias trabalhados, chegamos a 4.285 dias, considerando 1 dia de coleta por semana, em determinadas localidades.

A quantidade de ruas e o itinerário de coleta poderão sofrer alterações durante o contrato, sendo a planilha de contrato a ferramenta de ajuste dos valores dos serviços para maior ou menor.

O roteiro da coleta, ou seja, a sequência das ruas a serem compreendidas, com vistas a obter o deslocamento mínimo e equilíbrio entre tempo e quilometragem para os veículos da frota caberá à contratada, definindo esta o percurso que cada veículo fará, desde que atenda a frequência dos serviços aqui definidos.

Cada turno diário de trabalho terá duração de 8 (oito) horas, tendo o primeiro turno (diurno) os seguintes horários: das 08h (oito) até às 12h (doze) e, das 13h (treze) até às 17h (dezessete), estendendo-se até o horário de término dos serviços, podendo extrapolar até no máximo em 2 (duas) horas extras diárias, devendo ter obrigatoriamente o intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso e alimentação, não computado na duração da jornada.

A coleta ocorrerá de segundas a sábados e, devido a tratar-se de serviço essencial, de utilidade e saúde pública, apenas não serão efetuadas coletas no seguintes dias/datas:

- Nos Domingos e nos seguintes Feriados Nacionais de calendário oficial: no dia 1º de Janeiro - "Confraternização Universal"; na Sexta-feira Santa (em 2020 – 10 de Abril); no dia 1º de Maio - "Dia do Trabalhador" e; no dia 25 de Dezembro - "Natal".

Para os demais feriados a serem trabalhados, deverá ser implantado banco de horas ou outras disposições legais, conforme disposto nas Convenções Coletivas de Trabalho. Não são considerados feriados os pontos facultativos. Também não isenta a empresa de coleta em feriados Municipais e Estaduais.

Nos locais em que a coleta é em único dia específico deverá ser apresentado plano de coleta alternativo em data próxima.

Em casos de geração excepcional de resíduos, decorrentes do período de Natal, Ano Novo, Exposição-feira, e outros que por ventura vierem a ocorrer, as coletas podem ser intensificadas, de acordo com o estabelecido pelo órgão fiscalizador do contrato.

2.1.1.2.2. Recursos Humanos Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos Domésticos e comerciais (RSU Seletivos)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Competirá a proponente a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

A guarnição, para cada veículo coletor, deverá ser composta por:

- 01 (um) motorista devidamente habilitado (CNH mínimo categoria C);
- 02 (dois) coletores de resíduos (garis).

Deverão ser formadas 02 (duas) equipes de coleta. Equipes que serão responsáveis por todo zoneamento de coleta seletiva.

Totalizando 2 (dois) motoristas e, 4 (quatro) coletores de resíduos.

Além das equipes de guarnição, é necessário que a Contratada disponibilize equipe administrativa, sendo que tal equipe administrativa é única com relação ao item, constante no Detalhamento do Objeto e Descrição dos Serviços, ou seja, será para os RSU (RSU e RSU Seletivos).

Os motoristas, além de experiência em serviços similares dentro de área urbana, deverá ter como características ser cauteloso e cordial com a comunidade.

Os coletores deverão possuir capacidade física para o desempenho da função, trabalhar em boas condições de asseio pessoal e apresentação e serem educados com a comunidade.

A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá cumprir as determinações do Acordo Coletivo do sindicato da categoria.

A todos os funcionários deve ser oferecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e demais, estabelecidas no PCMSO.

A contratada deverá ter e manter Plano de Segurança e Medicina do Trabalho, PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e o PPCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), bem como observar a todas as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho – NR's, mantendo Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança do Trabalho com a carga horária indicada, conforme dimensionado nas NR's conforme o número de funcionários.

OBS: Atendendo a legislação vigente, todos os ofícios aqui descritos poderão ser desempenhados por homens ou mulheres. O gênero usado no texto é o mais comum nas funções, mas de forma alguma restringe quem irá desempenha-lo.

No fornecimento do vale refeição a empresa poderá efetuar o desconto de até 5% (cinco) do salário base com relação aos seus funcionários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

2.1.1.2.3. Equipamentos, Ferramentas e Materiais

Para a execução do serviço aqui descrito, será necessária uma frota de:

- 02 (dois) veículos automotores apropriados para coleta seletiva e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos Seletivos Domésticos e Comerciais, conforme dimensionamento de frota já realizado pela municipalidade para o referido projeto. Veículo apropriado sem equipamento de compactação e com carregamento traseiro. Com os seguintes requisitos mínimos: Caminhões do tipo “toco” - “4x2”. Equipado com cabine em aço estampado na cor branca, com carroceria de madeira e gaiola de tela aço reforçado para coleta seletiva dos Resíduos Sólidos. Peso Bruto Total (PBT) a partir de 7.500Kg. Combustível: Diesel. Potência mínima de 160 CV. Número de marchas a frente a partir de 5 marchas e para ré 1 marcha. Direção Hidráulica. Carroceria de madeira com no mínimo 4,5 metros e, máximo de 5 metros de comprimento (para a área central). O outro veículo poderá ser das mesmas dimensões ou maior, com o mínimo de 4,5 metros e, máximo de 6 metros, de comprimento. Com Gaiola de aço estruturada e reforçada, com fechamento em tela nas laterais e no teto, com as medidas mínimas de 2,5 metros de altura e 2,5 metros de largura. Com sistema de basculamento. Plataforma para transporte de Pessoas na parte traseira da carroceria com apoio de mãos nas laterais com faixas refletivas.

Obs.: os veículos devem ter acesso de carregamento traseiro adequados ergonomicamente à atividade realizada. Proporcionando condições de lançamento/arremesso do material a ser coletado. (será avaliado por técnico em segurança do trabalho da Prefeitura Municipal).

O conjunto deverá ter idade de até 6 (seis) anos no início dos serviços. Não serão admitidos durante a vigência do contrato da permanência de veículos com idade superior a 6 (seis) anos.

A comprovação da idade dos veículos deverá ser apresentada à municipalidade previamente a assinatura do contrato.

A comprovação da idade e propriedade ou disponibilidade dos veículos deverá ser apresentada à municipalidade previamente a assinatura do contrato, (juntamente com o contrato de locação com reconhecimento das partes em caso de frota alugada).

Os veículos deverão ter compartimento para a guarda de ferramentas necessárias à complementação dos serviços. Deverão ser instaladas luzes de advertência, na cor âmbar, do tipo sinalizador visual rotativo (giroflex ou similar).

Os veículos e equipamentos deverão atender, além do estabelecido neste projeto básico, as seguintes características: nível de ruído global em qualquer condição de trabalho inferior a 78 (setenta e oito) decibéis; baixa emissão de gases (atendimento às prescrições do PROCONVE), e sistema de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

sinalização (atendimento às exigências regulamentares do CONTRAN).

Os veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha ré e lâmpadas elevadas indicadoras de freio. Possuir iluminação na tampa do coletor para permitir a visualização em trabalho noturno.

A marca e o modelo entre outras características dos veículos ficam a critério da contratada, respeitadas as condições aqui estabelecidas.

A pintura dos veículos deverá ser de acordo com determinação da municipalidade devendo constar a expressão (a serviço do município e Coleta Seletiva).

Os veículos deverão ter higienização bissemanal.

A Contratada deverá disponibilizar, em cada veículo coletor, ferramentas destinadas a auxiliar na atividade de coleta (vassouras e pá).

A Contratada deverá contar com plano de manutenção preventiva da frota.

Caso haja necessidade, a Empresa deverá dispor de qualquer equipamento necessário para reposição num período máximo de até 4 (quatro) horas; e de reposição de veículos em até 24 (vinte e quatro) horas (para que não haja descontinuidade nem perda na qualidade dos serviços, em situação de quebra, falha, do equipamento ou veículo inadequado ou tecnicamente insuficiente para o serviço).

O município poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências, sendo que o veículo de substituição deve atender a todos os critérios aqui mencionados.

A empresa contratada deverá manter, no município de São Borja, um local para depósito de equipamentos, veículos e base de operações, possuir um número de telefone fixo a ser divulgado a população para esclarecimentos, reclamações e solicitações diversas, bem como um telefone 24 horas (podendo ser celular), que servirá de contato com o órgão fiscalizador em horário não comercial, ficando a contratada responsável por todas as despesas provenientes deste.

A empresa deve ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil dos Veículos contra terceiros (apólice que protege o titular de todos os danos que forem causados a terceiros em caso de acidente), adotando, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Danos Corporais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); Danos Morais R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Também deverá ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil da Operação, garantindo os danos causados pela operação da coleta, transbordo e transporte, excetuados aqueles que sejam causados pelos veículos, adotando no mínimo uma garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cobertura por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a responsabilidade civil do empregador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este seguro deverá cobrir, além das garantias de morte



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

e invalidez, também as despesas médicas e hospitalares dos funcionários que seja de responsabilidade da empresa.

Será previsto um jogo de pneus novos para cada veículo e, admitindo-se, após desgaste destes pneus, até duas recapagens (dentro das normas de segurança).

2.1.1.3. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Os funcionários da equipe de guarnição (coleta convencional e coleta seletiva) deverão apresentar-se sempre uniformizados.

Os uniformes/Equipamentos de Proteção Individual a serem oferecidos deverão constar de no mínimo:

Coletores (coleta convencional e coleta seletiva) = 16 (dezesesseis) pessoas

- Calça com faixa refletiva;
- Bermuda com faixa refletiva;
- Camiseta manga curta com faixa refletiva ou
- Camiseta manga longa com faixa refletiva;
- Calçado de segurança;
- Boné;
- Luva para recolhimento de resíduos domiciliares;
- Capa de chuva;

Motoristas e Equipe Administrativa (coleta convencional e coleta seletiva):

Motoristas = 06 (seis) / Equipe Adm. = 02 (dois / Obs.: 1 ger. / 1 Aux Adm) = 08 (oito) pessoas

- Calça com faixa refletiva;
- Camiseta manga curta com faixa refletiva ou;
- Camiseta manga longa com faixa refletiva;
- Calçado de segurança;

Além dos uniformes e EPI's listados acima, a Contratada deverá fornecer protetor solar para os trabalhadores.

Não será permitida a permanência, na equipe de trabalho, de funcionários com uniformes rasgados ou sujos. Deverão constar no uniforme dos funcionários o nome da empresa a que prestam serviços.

Os uniformes devem ser fornecidos gratuitamente pelo empregador, sendo de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

responsabilidade do funcionário a higiene e conservação dos mesmos e devolução em caso de rescisão do contrato de trabalho. As peças deverão ser repostas gratuitamente sempre que se apresentarem desgastadas, destruídas ou impróprias para a sua finalidade.

A Contratada deverá ter método eficiente de treinamento e fiscalização do trabalho de coletores e motoristas.

3. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

A proponente deverá dispor, nesta cidade:

a) de **garagem ou pátio de estacionamento compatível com a frota de veículos**; b) **local de armazenamento de contêineres**, compatível com a quantidade exigida no projeto; c) **escritório** para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional; d) **vestiário com chuveiros e sanitários**, armários e; e) **refeitório**, compatível com o número de funcionários, devendo satisfazer as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis ao caso.

Não será permitida a permanência de veículos na via pública quando fora de serviço ou no aguardo do início das atividades.

A proponente deverá dispor de local legalmente habilitado para lavagem e desinfecção dos contêineres (mensal) e dos caminhões (diária), em local próprio ou terceirizado.

A estrutura servirá de apoio a toda a contratação, à estrutura e pessoal da Coleta Convencional e Coleta Seletiva.

4. DA AFERIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços relativos à **Coleta Convencional e Coleta Seletiva**, Coleta dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU e RSU Seletivos), domésticos e comerciais, serão aferidos por peso e pagos por tonelada de RSU coletada (RSU e RSU Seletivos), mediante apresentação mensal dos tíquetes ou comprovantes de pesagem emitidos para cada carga no momento da entrada na balança. Bem como deverá ser comprovado o recolhimento de INSS, FGTS e, demais contribuições previdenciárias a seus funcionários, que deverá ser entregue junto às medições de cada mês, para fiscalização do Município.

Na emissão dos comprovantes de pesagem deverá constar, entre outros dados solicitados pelo Município, a tara do veículo, peso bruto e, peso líquido, este considerado o peso em questão dos RSU (RSU e RSU Seletivos).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

A contratada deverá efetuar as pesagens dos RSU em balança disponibilizada pelo Município, para pesagem dos veículos (caminhões e carretas) a fim de aferir a pesagem dos RSU e RSU Seletivos.

Os veículos deverão a cada carga realizar a pesagem, onde deverá constar (tara, peso bruto e peso líquido), compreendido o peso líquido a pesagem dos RSU (RSU e RSU Seletivos).

Para fins de estatística e controle as pesagens terão controle separado: por dia, horário, rota, convencional ou seletiva, etc..., a fim de buscar constante estudo para a gestão sobre o sistema dos RSU (orgânicos e seletivos). A balança será disponibilizada pelo Município de São Borja, já em atividade, conforme **Contrato nº 098/2018**.

O pagamento será realizado após conferência dos tíquetes ou comprovantes de pesagem e comprovação de recolhimento de INSS, FGTS e demais contribuições previdenciárias aos funcionários da empresa contratada, que deverão ser entregues mensalmente à fiscalização do Município.

5. DAS JUSTIFICATIVAS À CONTRATAÇÃO GLOBAL

Em que pese as orientações do TCE, em manual de Orientação Técnica Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2ª Edição / 2019, onde estabelece que em geral a contratação da Coleta Seletiva deve ser separada da coleta convencional.

Neste interim vem este grupo de estudos inserir algumas justificativas, entre elas a mais contundente, baseada no princípio da **economicidade**, que demonstra, através de planilhas anexas as quais traduzem a projeção de custos das coleta convencional e coleta seletiva em separado, onde terá um custo elevado aos cofres públicos municipais conforme se demonstra abaixo.

Conforme planilhamento (anexo) a Coleta Convencional e a Coleta Seletiva, separadamente, geram a expectativa de custo aproximado de:

TIPO	Ton / Mês	Valor Unit. R\$ Ton	Valor Total R\$ Mês
Coleta Convencional	944,10	152,45	143.933,90
Coleta Seletiva	104,90	540,06	56.652,55
Total	1049,00	-x-x-	200.586,45

Obs. A coleta seletiva está sendo estimada em **10%** de previsão. (estudos dão conta de 0 à 10 % e, chegando até 30 % ou mais de possibilidades, mas este último índice em locais muito estruturados, principalmente, países de primeiro mundo).

No serviço globalizado, inserida as duas coletas em uma só teremos (planilhas anexas):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

TIPO	Ton / Mês	Valor Unit.	Valor Total Mês
Coleta Geral	1049,00	170,99	179.364,95

Diante deste cenário é visível a diferença de custos ao Município, sendo que a Coleta Global diminui em, aproximados: R\$ 21.221,50 (vinte e um mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) ao mês; num total no ano de R\$ 254.658,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) e, num total de contrato (60 – sessenta – meses) de R\$ 1.273.290,00 (um milhão, duzentos e setenta e três mil e duzentos e noventa reais); valores que o Município deixa de dispender com o processo globalizado, unificado. Assim, indiscutivelmente inviável a separação dos serviços.

Óbvio ao caso a diferença de custos iniciando pelo processo de Pessoal: A administração do sistema (Gerente e Aux Administrativo) são um só ao sistema. Se dividida, cada serviço terá aporte distinto de administração ao sistema (uma para a coleta convencional e outra para a coleta seletiva). Ademais, um projeto (global) contabiliza menos funcionários, pois aglutina, principalmente, os gestores administrativos. Diga-se, ainda, que no contrato único, o efetivo de funcionários pode ser empregado como um todo no sistema, ou seja, motoristas, bem como os coletores, principalmente da coleta seletiva, utilizados em todos os serviços.

Resta também a análise quanto a estrutura administrativa (garagem, estacionamento, área de armazenagem de contêineres, lavagem e higienização, escritório, refeitório, sanitários, telefone, etc....

Por óbvio que se o contrato for separado, necessárias 02 (duas) estruturas.

Se o contrato for global (um só) uma única estrutura atende todo o sistema.

O mesmo com referência ao gerenciamento do sistema, se unificado, haverá necessidade de apenas um grupo, se separado, dois grupos de gerenciamento, um para cada serviço.

Haverá, contudo, por parte da Administração, constante acompanhamento através da Secretaria Gestora e do(s) fiscal(is), com relação a avaliação do sistema.

Por fim, diga-se que o objetivo da administração é a diminuição da coleta convencional e aumento da coleta seletiva, a qual traz várias benéfices: por questões ambientais (principalmente), pelo retorno da matéria-prima ao ciclo de produção, pelo fomento social, diminuição dos custos com sistema (aterro sanitário, logística), etc...

Neste contexto, caso separadas as coletas, ficaria inviável ao Município pagar mais por coleta seletiva do que por orgânica.

Enquanto uma cresceria exponencial pelo incentivo à coleta, objetivo da administração devido a todos os benefícios que vem em retorno ao sistema, faremos uma breve comparação: (seletiva, ao valor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

de R\$ 569,76 por tonelada.) a outra, convencional, se diminuída, não compensa os demais gastos.

Explicando melhor: se aumentar 50 toneladas de coleta seletiva ao preço de R\$ 540,06 aumentaria R\$ 27.003,00; enquanto que a diminuição das 50 toneladas orgânicas, ao valor de R\$ 152,45, diminuiria R\$ 7.622,50, ou seja, no resultado final um aumento em R\$ 19.380,50 num custo final à Administração).

6. SISTEMA DE RASTREABILIDADE

A empresa deverá apresentar a frota de veículos coletores: os 5 (cinco) veículos, (coleta convencional e seletiva), com sistema de GPS (fornecido em cima do ROTEIRO existente para cada tipo de coleta), com colocação de tacógrafos digital.

O recurso de rastreabilidade possibilitará verificar – quase que em tempo real – (em caso de reclamação de moradores), se os caminhões passaram pelos roteiros ou não, incluindo horário e velocidade. Este recurso auxiliará no caso de reclamações tipo: quem não fez a sua parte, ou seja, empresa coletora ou morador.

Também, através deste controle haverá possibilidade de melhor e mais fidedigno controle dos serviços e aferição, possibilitando ajustes devidos e estudos futuros.

Este recurso deverá ser acessível à Fiscalização da Prefeitura Municipal, através da disponibilização de senha para acesso ao sistema às Secretarias Gestoras e Fiscal de Contrato.

7. DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E CAPACIDADE TÉCNICA:

As empresas licitantes deverão obrigatoriamente possuir em seu quadro técnico permanente, anotado na certidão de pessoa jurídica expedido pelo CREA ou CAU, profissionais da área de arquitetura, engenharia civil ou ambiental / sanitária e, engenheiro químico ou químico, os quais serão responsáveis técnicos pelos serviços acima elencados, conforme Lei Federal 5.194/66 e, resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

7.1. Qualificação Técnica, comprovada através de:

7.1.1. Registro da empresa licitante no conselho competente, bem como dos profissionais responsáveis técnicos pelo serviço a ser prestado.

7.1.2. Prova de Capacidade Técnica Operacional, através de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstre(m) que a contratante possui



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

experiência na execução dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, compatíveis com o objeto licitado. Será considerado o percentual mínimo de 50% para comprovar a aptidão da empresa.

I - Capacidade técnica para coleta de RSU, domésticos e comerciais, de no mínimo 514 (quinhentos e quatorze) toneladas/mês.

II - Capacidade técnica de coleta, limpeza e higienização de contêineres em no mínimo 36 (trinta e seis) unidades de contêineres/mês.

7.1.3. Comprovar que o responsável técnico da empresa pertence a seu quadro de profissionais, através de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de Registro de empregado, autenticada junto à SRT (Superintendência Regional do Trabalho) e Carteira de Trabalho;

II - Contrato de Prestação de Serviços;

III - Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sócio ou diretor.

7.1.4. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional, através de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo conselho competente e acompanhado(s) da(s) CAT(s) (Certidão de Acervo Técnico) emitida(s) por conselho competente, que comprove(m) ter(em) o(s) Responsável(is) Técnico(s) executado serviços compatíveis em características, com o objeto desta contratação, que executou diretamente os serviços com as especificações citadas abaixo.

I - coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU), domésticos e comerciais.

II - coleta, limpeza e higienização de containeres

7.1.5. O Atestado de Visita Técnica, emitido pelo órgão licitante;

7.1.5.1. As empresas interessadas, por intermédio de seu representante, poderão realizar Visita Técnica, para verificar as condições das áreas relativas a cada item e demais informações pertinentes assim como todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto licitado.

7.1.5.1.1. A visita técnica, poderá realizar até o dia útil que antecede o certame, no horário compreendido entre às 7h30min e 12 h, por representante da empresa, juntamente com servidor indicado pelo órgão licitante.

7.1.5.1.2. A visita técnica deverá ser agendada com no mínimo de 3 (três) dias úteis de antecedência, pelo fone 55 3431-4455 ou pelo e-mail: infraestrutura@saoborja.rs.gov.br.

7.1.5. 2. Declaração de reúncia de visita, emitido pela empresa licitante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

7.1.5.2.1. As empresas deverão declarar formalmente, em formulário próprio (papel timbrado) declaração de opção de não realização da visita técnica, constando, ainda, expressamente, que renuncia a visita técnica e assume os riscos em formar sua proposta sem conhecer o local onde será realizado o serviço, devendo ser assinada pelo seu representante da empresa.

7.1.5.2.2. A licitante não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo as condições para realização dos serviços

8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1. Exigências previstas na Lei 8.666/93 (**descritas no edital**).

8.2. No balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação do número do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração de folhas onde ser encontram os lançamentos que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

- Liquidez Instantânea (LI): $LI = (AD / PC) = \text{índice mínimo } 0,50$
- Liquidez Corrente (LC): $LC = (AC / PC) = \text{índice mínimo } 1,00$
- Liquidez Geral (LG): $LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP) = \text{índice mínimo } 1,00$
- Gerência de Capital de Terceiros (GCT): $GCT = PL / (PC + PELP) = \text{índice mínimo } 0,50$
- Grau de Indivíduo (GI): $GI = (PC + PELP) / AT = \text{índice máximo } 0,50$

Onde:

AC = Ativo Circulante / AD = Ativo Disponível / ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AP = Ativo Permanente / AT = Ativo Total / PC = Passivo Circulante

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo / PL = Patrimônio Líquido

9. FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES:

A fiscalização dos serviços caberá ao Município, que indicará o órgão fiscalizador e designará funcionário(s) para a fiscalização do(s) contrato(s).

A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e a qualidade dos serviços executados, uso de EPI's, manutenção dos veículos e equipamentos, manutenção das licenças ambientais, entre outros, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

às disposições a elas relativas.

A proponente deverá fornecer todos os dados relativos à execução dos serviços à fiscalização do município, sob pena de aplicação de multas.

Entre outras serão estabelecidas aos seguintes fatos geradores as penalidades abaixo:

9.1. Será aplicada a sanção de advertência na ocorrência das seguintes infrações:

- a) permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço;
- b) Iniciar os serviços fora dos horários determinados no projeto básico;
- c) Terminar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

9.2. Em caso de reincidência das infrações descritas no item 9.1, será aplicada multa de 5 (cinco) URM por ocorrência, sem prejuízo da aplicação do disposto no item 9.8, caso verificada a reiteração de faltas que prejudique a execução regular do contrato.

9.3. Será aplicada multa diária de **100 (cem) URM**, limitada a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual, com aplicação no disposto no item 8.7, na ocorrência das seguintes infrações:

- a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data apazada na “Ordem de Serviços”;
- b) Paralisar a prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- c) Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas no projeto básico;
- d) Não dispor do número mínimo de equipamentos e veículos definidos no projeto básico;
- e) Executar o serviço com veículo em idade superior ao limite estabelecido no projeto básico;
- f) Utilizar equipamentos e veículos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

9.4. A primeira reincidência de qualquer das infrações descritas no item 9.3 implicará na aplicação em dobro o valor da multa diária e a segunda, na rescisão do contrato e aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

9.5. Será aplicada multa de **10 (dez) URM**, por fato, na ocorrência das seguintes infrações:

- a) Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido no projeto básico;
- b) Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução dos serviços;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- c) Deixar suja a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos coletados;
- d) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou convenção coletiva;
- e) Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos;
- f) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou sem os equipamentos de proteção individual;
- g) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços;
- h) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;
- i) Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais;
- j) Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos;

9.6. Em caso de cometimento de mais de uma infração prevista nos itens 9.2 a 9.5 as multas serão somadas.

9.7. Em caso de inexecução contratual, será aplicada a multa **2.000 (duas mil) URM**, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, além da rescisão do contrato.

9.8. Considera-se como inexecução contratual, sujeita as penalidades previstas no item 9.7, o cometimento das seguintes infrações:

- a) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) antes do início da prestação dos serviços;
- b) Descarregar resíduos em qualquer local onde não for determinado pelo projeto básico;
- c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e / ou administração pública;
- d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- e) Desatender às determinações da fiscalização;
- f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- h) Executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato pactuado;
- i) Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos no projeto básico;
- j) Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

OBS: URM – Unidade de Referência do Municipal, valor atual: R\$ 131,51 (cento e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), em conformidade com o Decreto n. 18.310, de 06 de Janeiro de 2020.

Demais exigências, penalidades e documentos relativos à habilitação constam no Edital de Licitação.

10. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços cotados só poderão ser objeto de revisão caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

O reajuste ocorrerá, anualmente, tendo como escopo manter o equilíbrio financeiro do contrato, fixando-se sua data base pela data de assinatura do contrato e, fixando-se como índice a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período, independente de repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro.

Fica assegurado, ainda, repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro somente quando o reajuste anual do INPC não cobrir a adequação aos novos preços praticados no mercado, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, competindo a CONTRATADA comprovar a variação dos custos superiores ao INPC, apresentando memória de cálculo com planilha de custos para análise e aprovação por parte do MUNICÍPIO, desde que solicitado pela CONTRATADA antes do respectivo vencimento do contrato. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro terá início a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta. Na proposta a empresa deverá indicar qual o sindicato representativo da categoria dos profissionais envolvidos nos serviços, assim como o mês do último acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho destas categorias.

11. DA GARANTIA

11.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I — caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Fazenda;

II — seguro-garantia;

III — fiança bancária.

11.2. A garantia será de 5% (cinco por cento), do valor global anual do contrato, deverá ser apresentada até 05 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de rescisão unilateral do contrato combinado com aplicação da multa de 10% e demais penalidades previstas.

11.3. No caso de prorrogação, caso a garantia seja seguro-garantia ou fiança bancária, previamente, como condição para assinatura do Termo Aditivo, deverá ser comprovado a prorrogação da respectiva garantia.

12. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. Após publicação da homologação do certame, na imprensa oficial do município a empresa vencedora deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, apresentar:

12.2. Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do veículo (CRLV), atualizado e do Certificado de propriedade do veículo a ser utilizado no serviço ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório, juntamente com uma cópia do C.R.L.V. do veículo, em nome do locador.

12.3. Apólice de Seguro com Responsabilidade Civil dos Veículos contra terceiros (apólice que protege o titular de todos os danos que forem causados a terceiros em caso de acidente), adotando, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Danos Corporais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); Danos Morais R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

12.4. Apólice de Seguro com Responsabilidade Civil da Operação, garantindo os danos causados pela operação da coleta, transbordo e transporte, excetuados aqueles que sejam causados pelos veículos, adotando no mínimo uma garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cobertura por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

12.5. Apólice de Seguro com Responsabilidade civil do empregador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este seguro deverá cobrir, além das garantias de morte e invalidez, também as despesas médicas e hospitalares dos funcionários que seja de responsabilidade da empresa.

12.6. Após a análise dos documentos solicitados acima, a empresa vencedora será convocada para assinatura do contrato, que deverá ocorrer, no endereço descrito no preâmbulo do edital, no máximo até o terceiro dia útil após a convocação feita pela Prefeitura Municipal de São Borja, conforme art. nº 64 da lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

12.7. Após a assinatura do contrato a empresa contratada deverá apresentar a garantia através de uma das modalidades, descritas no item 11, até 05 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de rescisão unilateral do contrato combinado com aplicação da multa de 10% e demais penalidades previstas.

13. FORO

Fica eleito o foro da comarca de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

São Borja, 06 de Maio de 2020.

Mário D avila Porto
Secretário da SMIESUST
Decreto nº 18.429/2020

Fábio Aquino Fronza
Secretário da SMAMA
Decreto nº 16.927/17

Oscar Giovani Martins Rosa
Coordenador Dept. Svs Urbanos
Decreto nº 17.396/17

Eliziane Pivoto Mello
Assessora Especial Meio Ambiente
Decreto nº 17747/2018

Técnico:

Fernando Brasil Aquino dos Santos
Engenheiro Civil
CREA-RS 73.745-D